

**Relatório Preliminar das Propostas***Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação***Identificação do processo:** 2017/300.10.005/50**Objeto da contratação:** Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República – 2.ª Fase (Praça da República)

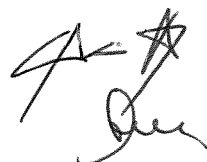
Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas 11 horas, reuniu o júri do procedimento, para nos termos das alíneas b) e c) do art.º 69.º, art.º 70.º e art.º 122.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, proceder à análise e avaliação das propostas e elaborar o relatório preliminar do processo de contratação destinado à “Aquisição de serviços para elaboração de estudo prévio e projeto de execução para a Requalificação do Espaço Público da Rua Marquês de Pombal e Praça da República – 2.ª Fase (Praça da República) ”.

Nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do CCP o júri do procedimento foi designado por despacho do Sr. Presidente datado de 24/01/2017, com a seguinte composição:

- Pedro Martins, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, na qualidade de presidente;
- Graça Faísca, Arquiteta, na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Ana Palma, Jurista, na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Jorge Penedo, Engenheiro, na qualidade de primeiro suplente;
- Helena Leal, Jurista, na qualidade de segundo suplente.

**1. Introdução**

Em conformidade com o caderno de encargos e convite do procedimento, o preço base foi fixado em € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros), devendo a prestação do serviço ocorrer no prazo de sessenta (60) dias a contar da data de assinatura do contrato. O critério de adjudicação é o da proposta com o preço mais baixo nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP.



**2. Entidades convidadas**

Nos termos do n.º1 do art.º 113.º conjugado com o n.º 1 do art.º 114.º do CCP, foram convidadas a apresentar proposta as seguintes entidades:

- Círculo Redondo – Consultoria e Gestão, Lda.;
- JCT – Consultores de Engenharia, Lda.;
- Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.

**3. Análise de Propostas**

Na sequência do convite apresentaram propostas os seguintes concorrentes:

- Círculo Redondo – Consultoria e Gestão, Lda., com entrada na plataforma no dia 31.01.02017 pelas 11h56m;
- Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. com entrada na plataforma no dia 02.02.2017 pelas 10h11m;
- JCT – Consultores de Engenharia, Lda.; com entrada na plataforma no dia 02.02.2017 pelas 10h28m;

Após a análise das propostas o júri deliberou, por unanimidade, admitir ambas as propostas, porquanto as mesmas se fizeram acompanhar de todos os elementos instrutórios, bem como correspondem ao solicitado quer no convite do procedimento quer na parte II – Cláusulas Técnicas do caderno de encargos, nomeadamente:

- Declaração Anexo I do CCP devidamente assinada e apresentada em conformidade com a sua atual redação;
- Preço total expresso em algarismos e por extenso;
- Condições de pagamento;
- Prazo de execução dos serviços;
- Prazo de validade da proposta;
- Os documentos da proposta estão redigidos em língua portuguesa;
- A proposta é apresentada em conformidade com as disposições da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

**4. Ordenação de Propostas**

Tendo por base o critério de adjudicação para o efeito fixado no convite, o júri analisou as propostas não excluídas tendo sido deliberada a seguinte ordenação:



## CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- Círculo Redondo – Consultoria e Gestão, Lda., proposta no valor de € 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos euros);
- JCT – Consultores de Engenharia, Lda., proposta no valor de € 64.950,00 (sessenta e quatro mil novecentos e cinquenta euros);
- Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda., proposta no valor de € 65.000,00 (sessenta e cinco mil euros).

### 5. Audiência Prévia

Para efeitos de audiência prévia, em cumprimento do disposto no n.º 1 art.º 123.º do CCP, o júri irá proceder à notificação dos concorrentes, conferindo-lhes o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo deste direito.-----

Sines, 9 de fevereiro de 2017

#### O Júri do Procedimento

##### Presidente



Pedro Martins, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território

##### Primeiro Vogal Efetivo



Graça Faísca, Arquiteta

##### Segundo Vogal Efetivo



Ana Palma, Jurista

